

Nota de Apresentação

Este livro de actas recolhe comunicações apresentadas ao 7º Congresso Internacional Direito na Lusofonia, cujo tema geral adoptado foi “Dizer o Direito: o papel dos Tribunais no séc. XXI”, tendo a sua realização, em versão exclusivamente online, sido prevista para os dias 21 a 25 de Junho de 2021.

Em primeiro lugar, importa situar a iniciativa: o Congresso “Direito na Lusofonia” é um evento organizado pela Escola de Direito, mas com o intuito de congregar juristas de todos os espaços geográficos em que a língua portuguesa foi - e ainda é - veículo de construção normativo-jurídica. Por essa razão, o Congresso tem sido celebrado anualmente, mas alternando a sua sede entre a Escola de Direito e outras instituições localizadas noutros pontos do globo. Esta colaboração estreita entre juristas lusófonos tem vindo a produzir frutos ao longo dos anos, de que a constituição, em 2019, da Rede de Investigação em Direito Lusófono, com o intuito de apoiar jovens investigadores lusófonos e dinamizar a investigação jurídica em língua portuguesa, é o melhor exemplo. O objectivo do Congresso não é a celebração do passado, mas sim o incentivo ao debate dos problemas do presente, a partir de uma partilha de perspectivas distintas, mas veiculadas em português e construídas desde um legado jurídico-histórico comum.

Por isso mesmo, o tema geral escolhido para esta edição do Congresso foi, como atrás se mencionou, o papel dos Tribunais no século XXI. Com efeito, acreditamos ser hoje essencial debater a aplicação judicial do direito, não só pelos desafios que encontra num mundo cada vez mais complexo, mas também porque estamos já demasiadamente distantes dos paradigmas dogmáticos que nos transmitiram uma imagem de um juiz destinado a ser somente *la bouche de la loi* (MONTESQUIEU). A esta representação do papel dos Tribunais na realização do Direito contrapomos a dos juristas da Antiguidade Clássica, o *ius dicere*, que traduzimos no título do Congresso, e que convoca a verdadeira dimensão constitutiva do Direito na sua concretização judicativo-decisória. Como poderá o leitor verificar, lendo a obra que agora se lhe oferece, desta avenida principal derivam múltiplas possibilidades de análise, suscitadas pela miríade de problemas que a diversidade da vida (quase infinita e sempre surpreendente!) coloca aos juristas de todos os tempos e lugares. As comunicações aqui reunidas, que ainda assim não esgotam todas as apresentadas, constituem-se como veredas, ruas, alamedas, que convergem para esse canal temático principal, desdobrando o tema central para as suas implicações ao nível do direito internacional privado, do direito da família, do direito tributário, do direito penal, do direito comercial, do direito internacional público, da teoria do direito, do direito constitucional, e um longuíssimo etc. Acresce a esta diversidade temática, a pluralidade de contributos desde a perspectiva geográfica da sua origem.

A realização da sétima edição do Congresso tem a novidade de ter lugar em versão exclusivamente online. Efectivamente, todas as anteriores edições do Congresso foram presenciais, tendo tido lugar em Braga (Portugal), Luanda (Angola), Brasília (Brasil) e Fortaleza (Brasil). A pandemia obrigou, em primeiro lugar, ao adiamento da realização desta edição do Congresso, originalmente prevista para o ano de 2020, e depois à sua conversão segundo um modelo de evento telemático, cuja maior dificuldade foi encontrar a faixa horária que permitisse a mais ampla participação, superando a diversidade dos fusos horários, desde Timor, a Maputo, a Brasília, a Lisboa, etc. Acreditamos no regresso do Congresso ao formato presencial, já no próximo ano de 2022. No entanto, o recurso às participações por via telemática deve continuar no futuro, pois facilita a participação de um maior número de juristas, em vista das dificuldades de deslocação que muitas vezes se constituem como obstáculo principal àquela mesma participação.

Por último, importa deixar aqui registado o nosso agradecimento, em primeiro lugar, a todos aqueles que aceitaram o nosso desafio para participarem, com as suas comunicações, no nosso Congresso. É sempre emocionante verificar, em cada edição do Congresso, a confiança depositada na nossa organização. Sem esta adesão, que nos chega verdadeiramente dos quatro cantos do mundo, não haveria Congresso e o nosso esforço e empenho seria destituído de sentido. Tem sido esta a maior recompensa para os membros da Comissão Organizadora, que se vêm mantendo já desde a primeira edição, sempre unida e motivada pelo entusiasmo com que o evento é recorrentemente recebido.

A este agradecimento é necessário e justo que se junte outro dirigido a todas as instituições que vêm apoiando o Congresso e viabilizando, do ponto de vista material, a sua realização: o Centro de Investigação em Justiça e Governação (JusGov), que assume a responsabilidade principal pela sua realização, tendo-o integrado no seu programa de actividades plurianual, com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT); a Escola de Direito da Universidade do Minho, patrocinadora do evento; a UMinho Editora, que aceitou gentilmente publicar as actas da presente edição, o que muito nos prestigia.

A todos, de coração, o nosso bem haja!

Resta-nos desejar, a todos os leitores, excelentes leituras, e fazer votos de que nos aguardem, no futuro, outras edições do Congresso, em que todos nos possamos voltar a abraçar!

A Comissão Organizadora,

Clara Calheiros

Mário Monte

Anabela Gonçalves

Assunção Vale Pereira